



ELEIÇÕES EUROPEIAS

Divulgação da estratégia do Governo não choca com lei eleitoral

Governo tem de continuar a governar, mesmo em período eleitoral, afirmam os especialistas. Queixa à Comissão Nacional de Eleições deverá ser hoje avaliada

Bruno Simão



Comissão Nacional de Eleições | Apesar de não contar na agenda de trabalhos, o assunto deverá ser discutido na reunião de hoje da CNE.

CNE decide da legalidade do fórum de bancos centrais

A Comissão Nacional de Eleições (CNE) vai hoje avaliar uma queixa apresentada na semana passada pelo Bloco de Esquerda a propósito da realização em Portugal, precisamente no dia das eleições europeias, de um fórum de bancos centrais organizado pelo Banco Central Europeu (BCE).

O evento, que vai decorrer em Sintra, arranca a 25 de Maio e prolonga-se até 27. No primeiro dia consta do programa a abertura oficial, a que se seguirá um jantar em que discursará Christine Lagarde, directora do FMI, uma das personalidades que marcarão presença. Além de Lagarde, está prevista a presença de nomes como o do presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso ou Mário Draghi, presidente do BCE, entre 150 responsáveis de governos, governadores de bancos centrais, académicos e representantes dos mercados financeiros que foram convidados.

O BE, depois também secundado pelo PS, enviou uma queixa à CNE considerando que a conferência violava a Lei Eleitoral.

FILOMENA LANÇA

filomenalanca@negocios.pt

A Comissão Nacional de Eleições (CNE), que reúne esta terça-feira, 13 de Maio, em plenário, deverá avaliar uma nova queixa, ontem apresentada pela CDU, que acusa o Governo de pôr em causa os princípios da neutralidade e imparcialidade impostos pela Lei Eleitoral. O tema levanta mais uma polémica em torno das eleições para o Parlamento Europeu, mas vários constitucionalistas ouvidos pelo **Negócios** estão convencidos que não está em causa nenhuma ilegalidade. Ainda que as acções de propaganda sejam de evitar, o Governo tem de continuar a fazer o seu trabalho, mesmo em período eleitoral, afirmam.

Na origem da polémica está o facto de o Executivo ter marcado para o próximo sábado, 17, um Conselho de Ministros extraordinário, no qual vai aprovar o seu "documento de estratégia de médio prazo", que marca o final do Programa de Assistência Financeira. A dúvida foi levantada por Marcelo Rebelo de Sousa no seu comentário de domingo na TVI, e no dia seguinte a CDU avançou com uma queixa junto da CNE, alegando que se trata de "uma intervenção ilegítima e ilegal num período crucial do deba-

Nenhuma Lei eleitoral proíbe o Governo de governar em período eleitoral.

PAULO VEIGA E MOURA
Constitucionalista

te eleitoral", mesmo a meio do período de campanha.

"O Governo não pode paralisar"

Ainda que não se saiba o teor do documento que vai ser aprovado – no caso Irlandês, o executivo fez algo de semelhante no fim do resgate e foi acusado pela oposição de ter produzido um documento vazio –, "não se pode proibir o Governo de intervir e de falar por estar em curso uma campanha eleitoral. Embora as suspeitas de propaganda eleitoral possam existir, o Governo não pode paralisar", afirma Pedro Bacelar de Vasconcelos, constitucionalista e professor da Universidade do Minho.

A Lei eleitoral diz que as entidades públicas e órgãos do Estado em geral "não podem intervir directa ou

Documento irlandês acusado de ser "vazio"

A estratégia de médio prazo que o Governo português vai apresentar deverá ser semelhante à que Dublin publicou em Dezembro de 2013. O documento afasta-se do perfil técnico de um DEO, tentando "vender" a atractividade da economia irlandesa, assim como os esforços e intenções do Governo, sem anunciar medidas concretas. Foi muito mal recebido pela oposição irlandesa que o acusou de ser "vazio" e propagandístico. O Sinn Fein disse que continha "apenas especulações ocas" e o Fianna Fail classificou-o como uma "oportunidade perdida". A "Aliança Pessoas antes do Lucro" argumentou que o plano era uma "campanha do Governo". O documento de quase 70 páginas, incluía previsões de crescimento e emprego até 2020, com um cenário central e outro mais optimista. Na hipótese mais conservadora, o PIB estará a crescer 3,5% em 2017. Na vertente orçamental, o Governo comprometia-se com rigidez e controlo das contas públicas, deixando pouca margem para mexer nos impostos ou para subir despesas.

indirectamente em campanha eleitoral" e devem observar "rigorosa neutralidade perante as diversas candidaturas", não podendo, nomeadamente, exibir símbolos ou siglas durante aquele período. Nada disto está em causa na realização de uma reunião do Conselho de Ministros, considera também o constitucionalista Rodrigo Esteves de Oliveira. "Se houver uma justificação objectiva para um determinado acto, num determinado momento e com um determinado conteúdo, julgo que não haverá violação da Lei", sustenta. O "exercício da função governativa pode de facto implicar a prática de actos passíveis de aproveitamento político, mas isso não depende do próprio Governo", acrescenta.

O **Negócios** perguntou ao Executivo se vai ou não haver conferência de imprensa no final do Conselho de Ministros extraordinário, mas o porta-voz da PCM informou que essa decisão apenas deverá ser tomada no próprio dia. Em todo o caso, afirma também o constitucionalista Paulo Veiga e Moura, é normal que seja feita a conferência, desde que o Executivo se limite a usá-la "para pura e simplesmente informar sobre as medidas que entenda serem pertinentes para o País". E também "para responder às perguntas incómodas", conclui.

Petição subscrita por Soares, Alegre e Carvalho da Silva defende ilegalidade do Fórum do BCE a 25 de Maio.

que impõe imparcialidade e neutralidade aos responsáveis públicos e que era, além disso, "uma ingerência grosseira no processo democrático português".

Petição contra fórum

Entretanto, um grupo de figuras públicas, entre as quais Boaventura Sousa Santos, Fernando Rosas, Manuel Alegre, Carvalho da Silva, Mário Soares, Pilar del Río, Vasco Lourenço, assinaram e colocaram a circular uma petição em que defendem a mesma posição do Bloco e do PS. A petição contava ontem, à hora do fecho desta edição, com 2.811 assinaturas e destina-se a ser enviada ao Presidente da República e à CNE. **FL**